

Julio Cortázar e a *rayuela* de seu compromisso político: Cuba, Tribunal Russell e Nicarágua, 1963-1983

Marco Antonio Serafim de Carvalho
Doutorando do PPGH-UFF
marcoserafim@yahoo.com.br

A biografia como possibilidade historiográfica

A escrita biográfica se pauta pelas buscas que empreende na perseguição à subjetividade. Neste caso, buscar entender como ocorreram as aproximações de determinado intelectual latino-americano por assuntos ligados à política de seu tempo constitui um desafio não somente quanto à questão narrativa, o de narrar uma vida, como também representa uma investida no sentido oposto ao de uma história monolítica: o historiador-biógrafo, tomando proveito do conselho de Marc Bloch, assim como o ogro da lenda, não somente fareja a carne humana, como se interessa muitíssimo pela carga de subjetividade que sonda em adesões, recuos, nas decisões tomadas e negligenciadas, nas palavras escritas publicadas e não publicadas, observando a articulação entre a trajetória e os variados contextos que percorre. Os silêncios guardados também podem dizer muito, através dos quais compreendemos distanciamentos, discordâncias ou mudanças de perspectiva. Aqui, busco compreender como se constrói o engajamento político do escritor argentino Julio Cortázar, suas motivações, as estratégias de que se vale para conjugar experimentação estética e convicções políticas, formando um mosaico caleidoscópico, fragmentado à maneira de um de seus escritos mais célebres, o anti-romance *Rayuela*, em um recorte que envolve duas décadas, de 1963 a 1983, passando pela aproximação e afastamento de Cuba, entre o começo da década de 1960 e 1970, respectivamente, e suas participações no Tribunal Russell II, comprometido com a difusão das violações de direitos humanos sob regimes ditatoriais e sua imersão na Nicarágua, que se estende de 1976 a 1983, período decisivo para as lutas das forças sandinistas concretizarem a vitória de sua revolução e atuarem na reconstrução do país após 43 anos sob a ditadura da dinastia Somoza (1936-1979), instalada com um golpe de Estado perpetrado pelo comandante da Guarda Nacional, Anastasio Somoza, que derruba o presidente Juan

Bautista Sacasa, em 1936.

Cuba e Cortázar: aproximação e distanciamento

Na divisão cronológica da pesquisa, faz-se presente uma questão: a arbitrariedade contida em, ao tratar de uma trajetória individual, pontuar determinado ano como sendo o “início” de seu engajamento político: 1963. Isso poderia suscitar a ideia de que, antes de 1963, Cortázar tivesse um comportamento apolítico. Na direção de desfazer essa impressão, vale explicar que em 1963 a presença de Cortázar em Havana é solicitada, por carta, pelo dramaturgo e poeta cubano Antón Arrufat, então diretor da revista *Casa de las Américas* (entre 1960-1965), para compor o júri do Premio Literário da instituição, em uma posição de mútuo reconhecimento e aproximação entre um intelectual e a política cultural de um regime. Arrufat pensou em contatar Julio por conta da boa impressão que teve de *Historias de Cronopios y Famas* (1962). E 1963 também é o ano em que a *Editorial Sudamericana* publica seu romance – ou anti-romance, como define algumas vezes – *Rayuela (O Jogo da Amarelinha)*, livro cuja repercussão amplifica o nome de autor de Cortázar, que até o momento tinha publicados três livros de contos e um romance. *Rayuela* inscreve Cortázar ao fenômeno literário-editorial conhecido como *boom* da literatura latino-americana, fenômeno que era investigado em meio à própria ocorrência, se observamos a publicação de *Los Nuestrós* (publicado originalmente em 1966), de Luis Harss, trazendo entrevistas com autores elencados como parte do boom, como Alejo Carpentier, Miguel Ángel Asturias, Juan Carlos Onetti, Juan Rulfo, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa e Guimarães Rosa – deixando outros tantos, como Gabriel Cabrera Infante e Clarice Lispector, fora da seleção de protagonistas do *boom*, o que demonstra *Los Nuestrós* como uma das versões que buscam caracterizar o fenômeno, e não sua expressão acabada.

Brevíssimo panorama dos antecedentes políticos de Cortázar

A questão fica melhor resolvida a partir do entendimento de que não é a partir do contato com um bloco monolítico chamado Revolução Cubana que se produzem, instantaneamente, as convicções políticas do escritor. Cortázar nasce na Bélgica em

1914 e vive na Argentina da infância até os 37 anos, quando então embarca para Paris. Até meados dos anos 1950, seu interesse por política é difuso e de variada intensidade, tema que foi objeto de minha pesquisa no mestrado. Entre 2012 e 2014, pesquisei sobre os primeiros escritos de Cortázar e sua relação com a política nos anos do Peronismo Clássico (1946-1955), em que figurava como um “antiperonista de cafeteria”, como ele mesmo se definiria posteriormente, de posições mais difusas e soltas do que o grupo de intelectuais em torno da revista *Sur*, com a qual colaboraria por algum tempo e que era capitaneada por Victoria Ocampo, e que contava também com Adolfo Bioy Casares, Silvina Ocampo e Jorge Luis Borges entre seus colaboradores. Borges é quem dá o parecer favorável à publicação do conto *Casa Tomada* na revista *Los anales de Buenos Aires* em dezembro de 1946. O que argumento em minha dissertação é que as mudanças sociais e políticas na Argentina do Peronismo Clássico, no período que envolve os dois mandatos presidenciais de Perón, 1946 a 1955, tomaram espaço nos primeiros escritos de ficção de Cortázar, como nos contos de *Bestiário* (de 1951) e no romance póstumo *O Exame Final* (escrito em 1950 e publicado em 1986), de maneira que busquei compreender como se relacionavam com a política do período as representações literárias. E, além disso, embora até hoje circule em suplementos literários e na grande mídia a informação de que Cortázar se exila por conta da oposição à ditadura peronista, a opção por deixar Buenos Aires se dá por ambições estéticas, culturais, que culminavam todas em Paris, mais amplamente na Europa Ocidental, e nisso podemos ver muito da influência dos surrealistas franceses e poetas como Mallarmé e John Keats. Ou seja, avaliar que Cortázar exilou-se por motivação política e, além disso, por fugir de uma ditadura que o perseguia, é reproduzir de maneira desordenada impressões e sentidos equivocados sobre Cortázar e sobre o cenário político argentino do período. Outrossim, seus primeiros anos em Paris são parte de um momento em que o império colonial francês vai se desfazendo, com o desmembramento da Indochina, a independência da Argélia e a perda dos protetorados de Tunísia e Marrocos, em meio a um cotidiano de atentados e repressão por parte do governo francês. Por exemplo, a emboscada no metrô de Charonne em 1962, ordenada pelo prefeito parisiense Maurice Papon para reprimir uma manifestação contra a Guerra da Argélia. O contato com a descolonização e movimentos de autonomia nacional inspirariam as convicções políticas de Cortázar

nos anos seguintes, voltadas para a América Latina – sendo esse o objetivo desta pesquisa.

Sendo assim, havendo já algum contato com os escritos de Cortázar e ainda um grande interesse em biografá-lo, pareceu-me viável realizar a investigação dentro das possibilidades abertas pela da renovação da História Política e pelos pontos de contato entre História e Literatura, observando os entrelaçamentos entre o cultural e o político, em abordagens marcadas pela “valorização do sujeito, do acontecimento e da narrativa na história”¹ para produzir um estudo biográfico sobre um intelectual latino-americano que conjuga produção literária e opiniões políticas em uma obstinada busca pela originalidade estética.

Sendo assim, o contato do escritor com Cuba representa o ponto inicial desta pesquisa porque assinala o ponto de contato entre Cortázar e a política cultural cubana, em meio ao estabelecimento de um amplo espaço de sociabilidade entre intelectuais, caso de *Casa de las Américas*, instituição fundada em 28 de abril de 1959 e chefiada por Haydée Santamaria – revolucionária cubana que lutou no assalto ao Quartel Moncada em 1953, fundou o Movimento 26 de Julho e criou no Exército Rebelde o pelotão María Grajales, todo formado por mulheres – até 1980, ano de sua morte. Quando é criada, imediatamente após o triunfo da Revolução Cubana, *Casa de las Américas* é uma instituição que não se baseia em algum modelo precedente; daí a necessidade de que fosse, em grande medida, inventada – sendo construída em torno de uma importância crucial que era conferida à literatura. De todo jeito, não há como supor que havia uma conformidade homogênea por parte dos intelectuais quanto às decisões do governo cubano por conta do fascínio exercido neles pela proximidade com a “Roma Antilhana” (referência à ilha de Cuba feita pelos historiadores Tulio Halperín Donghi e Adriane Vidal Costa, nome de um dos capítulos de seu livro), porque isso resultaria em acreditar em uma ideia de unidade entre os escritores quanto ao regime cubano, quando, na realidade, as pesquisas aqui citadas restituem quadros de tensão e acirramentos. Como exemplo desses quadros, temos o crucial *Caso Padilla*. Torna-se pública a desaprovação, através de órgãos do governo cubano, de dois livros premiados pela UNEAC (*Unión de Escritores y Artistas de Cuba*) em 1968: *Los siete contra Tebas*, de Antón Arrufat, e *Fuera del Juego*, do poeta Heberto Padilla, que fora acusado de contrarrevolucionário por exaltar o individualismo e também pelo

apoio que prestara ao escritor e roteirista Guillermo Cabrera Infante, rompido com o governo cubano após ser considerado inimigo da revolução com a publicação de *Trés tigres tristes*, em 1968, cuja narrativa cheia de coloquialismos representa uma Havana de 1958. Heberto Padilla foi preso em março de 1971, junto de sua esposa, a poetisa Belkis Cuza Malé, e constrangido a fazer uma retratação pública sob a forma de uma autocrítica, publicada após 38 dias de reclusão. O *Caso Padilla* levantou reações imediatas no meio intelectual, como o protesto assinado por Vargas Llosa, Juan Rulfo, Sartre, Pasolini, entre outros, sob a forma de uma carta dirigida ao governo cubano, que ficou conhecida como *Declaración de los 54* e que logo se transformaria na *Declaración de los 62*.

Cortázar, nesse primeiro momento, evita a contenda com o regime cubano e não concorda com o texto do manifesto, só assinando o documento após sugerir modificações que não fossem “ofensivas à Revolução Cubana”. Diz, em carta a Haydée Santamaria, de 23 de maio de 1971:

Na medida do humano, disponho agora de todos os elementos de juízo para fazer uma ideia precisa do episódio que se decidiu chamar 'o caso Padilla' e suas repercussões. Posso, pois, pronunciar minha palavra, individualmente, sem conceder a ela outro valor além da sinceridade e da solidariedade. Quero que saiba disso diretamente. Não é uma carta, nem um ensaio, nem um documento político bem fundamentado: é o que nasce de mim em uma hora muito amarga, mas no qual há, no entanto, uma plena confiança em muitas coisas e, sobretudo, na Revolução.²

Anexado à carta, Cortázar envia um texto autoral, *Policrítica en la hora de los Chacales*, do qual segue um trecho:

Quem sou eu frente a povos que lutam pelo sal e pela vida, com que direito hei de encher mais páginas com negações e opiniões pessoais? (...) Compreendo Cuba como se compreende o ser amado (...) Tem razão, Fidel: só na luta existe o direito ao descontentamento, só de dentro há de sair a crítica, a busca de fórmulas melhores (...).³

Embora Cortázar adote um tom afetuoso e reverente para com o regime cubano, mesmo após as represálias do regime ao poeta Heberto Padilla, isso não resulta, contudo, em subserviência ou ortodoxia, e, a partir de então toma curso um relativo afastamento, o que possibilita novas aproximações: engaja-se na denúncia das restrições e violências cometidas pelas ditaduras sul-americanas, através do Tribunal Russel II, e também se envolve com a reconstrução da Nicarágua após o triunfo da Revolução Sandinista, ao longo da segunda metade da década de 1970.

Desse período destaque aqui *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales* (1975) e *Nicaragua tan violentamente dulce* (1983).

Fantomas e o Tribunal Russell II: a questão dos DDHH

O Tribunal Russell, de natureza deliberativa, sem produção de efeito penal, foi concebido em novembro de 1966 pelos filósofos Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre no intuito de que recebesse e examinasse denúncias sobre violações de direitos humanos na Guerra do Vietnam, contando com intelectuais de diversas nacionalidades em suas sessões, e chamado *International War Crimes Tribunal*, com o objetivo de difundir, tornar públicas situações arbitrárias e de abuso de poder. Um dos pontos mais marcantes dessas sessões foi a presença de uma criança vietnamita de nove anos de idade, DoVan Ngoc, que apresentou ao tribunal as lesões que sofrera pelo contato com o napalm durante a guerra. À essa sessão seguiu-se a publicação do livro de Russell, em 1967, *War crimes in Vietnam*, denunciando os crimes cometidos por militares norte-americanos no decorrer do conflito.

O Tribunal Russell II foi constituído por três sessões, que ocorreram em 1974 e 1976 em Roma e em 1975 em Bruxelas; dedicou-se a examinar as violações cometidas pelos regimes ditatoriais na América Latina, sendo caso central o regime ditatorial instaurado no Chile pelo general Augusto Pinochet e a ação violenta da DINA (*Dirección de Inteligencia Nacional*), polícia secreta comandada pelo tenente-coronel Manuel Contreras (idealizador da Operação Condor, e condenado, nos primeiros anos deste século, a mais de quinhentos anos em penas somadas pelos crimes de lesa-humanidade que cometeu, tendo morrido ano passado em uma prisão militar chilena). Também foram discutidas as situações do Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Tomaram parte nas sessões, entre outros, a filósofa francesa Simone de Beauvoir, o escritor colombiano Gabriel García Márquez e o senador e advogado italiano Lelio Basso, idealizador dessa nova versão do Tribunal e que fez, por carta, o convite a Cortázar para que tomasse parte no júri do tribunal. Cortázar então se engajava pela defesa dos direitos humanos no início da década de 1970, momento posterior ao envolvimento intenso de intelectuais e artistas nos rumos de um governo socialista estabelecido em Cuba em sua primeira década de existência.

Esse período compreendeu transformações intensas: o alinhamento de Cuba com o bloco soviético em 1961, o embargo econômico e a crise dos mísseis em 1962, a grande repercussão internacional dos autores implicados no *boom* da literatura da América Latina (e com variados graus de envolvimento com o regime cubano) e as dissensões destes com Fidel Castro face à política soviética, como quando da invasão da Tchecoslováquia pela URSS em 1968 e com o já citado Caso Padilla, entre questões internas e externas que reconfiguraram estratégias individuais, como a de Cortázar, que direciona esforços em outra frente, de caráter internacional e em tom latino-americanista: a questão dos direitos humanos. E na década de 1970, em que as ditaduras militares aperfeiçoavam o aparato repressivo através de alianças, compartilhando logística, treinamento, recursos, sistemas de informação e operações, através da Operação Condor, o Tribunal Russell II se coloca como uma estratégia antagônica, buscando difundir à comunidade internacional, através de suas sessões e atas, baseando-se no direito internacional, as arbitrariedades dos órgãos de repressão latino-americanos, amparados em ditaduras militares que haviam removido dispositivos jurídicos que pudessem interpor-se às ações deletérias de desaparecimento e execução de opositores. Ou seja, seu compromisso saía da esfera regional e de intenso debate ideológico para tomar dimensões mais amplas e de âmbito internacional.

Na primeira sessão do Tribunal Russell II, realizada em 1974 na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Roma, esteve presente a revista argentina *Redacción*, à qual Cortázar deu entrevista. Quando perguntado pelo entrevistador, Jorge Raventos, se aquelas sessões não seriam contraproducentes, uma vez que tornariam cotidiano o horror da tortura e da violência dos regimes militares, assim banalizando-os, respondeu:

A força mais autêntica do Tribunal Russell não reside no efeito imediato e circunstancial de suas reuniões, mas no trabalho de informação universal que podemos executar, baseados no que escutamos e concluímos na reunião de Roma. A publicação das atas, por exemplo, que será feita em vários idiomas, permitirá que uma grande quantidade de leitores nem sempre bem informados se inteirem do que é a tortura no Brasil ou o banho de sangue no Chile, e isso com nomes, circunstâncias precisas, cargos incontestáveis, que nenhum serviço diplomático de propaganda dos países condenados poderá desmentir sem que agregue o ridículo ao crime. Creio, pois, que responder a essa pergunta segue sendo parte das tarefas de um jurado do Tribunal Russell; creio também que quem faz a pergunta, enquanto jornalista, está trabalhando em um bom sentido. Há que se multiplicar a informação sobre essa marca de infâmia que a cada dia

transborda na América Latina, e uma vez mais as máquinas de escrever dos homens livres devem abrir fogo, com suas palavras, contra a violência e o desprezo de tanto déspota arrogante.⁴

Logo após participar da sessão do Tribunal Russell II em Bruxelas, em janeiro de 1975, Cortázar toma conhecimento de que participara como personagem coadjuvante em uma história em quadrinhos mexicana, *Fantomas – la amenaza elegante*, sem sua prévia consulta e autorização. No número 201, de 18 de fevereiro de 1975, cujo título é *La inteligencia en llamas*, o herói Fantomas é chamado às pressas para solucionar um crime misterioso: bibliotecas de variados cantos do mundo são incendiadas; Fantomas então recorre à ajuda de quatro escritores, Susan Sontag, Octavio Paz, Alberto Moravia e Julio Cortázar, para ajudá-lo a encontrar o responsável pela destruição dos livros (incinerados tal como em *Fahrenheit 451*, o romance distópico de Ray Bradbury, de 1953). O antagonista é o milionário George Steiner, personagem homônimo do crítico literário franco-americano.

É a partir do contato com este material que Cortázar empreende uma nova experiência de renovação estética, na esteira de publicações como os inclassificáveis *Histórias de Cronopios y Famas* (1962), *Rayuela* (1963), *La vuelta al día en ochenta mundos* (1967), *62/Modelo para armar* (1968), *Último Round* (1969) e *Libro de Manuel* (1973). Como forma de compensar sua participação não autorizada na história, Cortázar elabora uma novela gráfica, mantendo o herói Fantomas e os escritores em ação conjunta. Em *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales - una utopía realizable narrada por Julio Cortázar*, o inimigo não é George Steiner; as antagonistas são as ditaduras sul-americanas, as agências de repressão e as corporações internacionais; os intelectuais passam de coadjuvantes a protagonistas dentro da narrativa: uma metáfora para o desejo do autor de que os intelectuais protagonizassem também as discussões sobre os processos políticos, que se vinculassem às discussões e ações reclamadas por seu tempo. *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales - una utopía realizable narrada por Julio Cortázar* é então publicado em junho de 1975 pela mexicana *Editorial Excelsior*, apenas quatro meses após *Fantomas, la amenaza elegante*. Além disso, Cortázar encontra nessa publicação uma oportunidade para tornar mais ampla a existência e a ação do Tribunal Russell, sendo um ponto da produção cortazariana que representa uma tentativa original de conjugar abordagem política – situada na defesa dos direitos

humanos em caráter internacional, posicionando-se como escritor latino-americano – e renovação estética, baseada em colagens e reportagens, sucedendo imediatamente *Libro de Manuel* (1973), em cuja narrativa denuncia os crimes da ditadura de Agustín Lanusse na Argentina e critica os métodos revolucionários latino-americanos – livro bastante criticado por intelectuais argentinos. *Vampiros Multinacionales* é publicado em tempos de limitadas margens de expressão na maior parte dos países da América do Sul, daí a razão pela qual, estrategicamente, o forte tom anti-imperialista da narrativa é amenizado pelo ambiente gráfico no qual se acomoda a leitura. A publicação traz denúncias que recaem sobre empresas multinacionais como a telefônica norte-americana ITT (*International Telephone & Telegraph*) e a indústria química alemã Hoechst, apontando seu apoio à instalação de ditaduras na América do Sul a partir da derrubada de governos constitucionalmente eleitos, como o de Salvador Allende, no Chile – golpe de Estado que foi gestado a partir de ações de boicote e paralisação das forças produtivas por parte das forças conservadoras que viram a *Unidad Popular* chegar à presidência com o decisivo apoio dos democratas cristãos e também o bom resultado daquela coalizão de esquerda nas eleições legislativas de março de 1973, cenário no qual a conspiração por um violento golpe ganhou força e se consolidou no 11 de setembro de 1973, com o bombardeio do Palácio *La Moneda*, evento que inaugura a ditadura de Pinochet no Chile (1973-1990). O texto de *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales* também aponta a ocorrência de golpes de estado em diferentes partes do planeta, responsabilizando agências de inteligência estadunidenses como a CIA e a DIA e Henry Kissinger, secretário de estado dos EUA entre 1973 e 1977.

O apêndice de *Vampiros Multinacionales* traz um trecho com as deliberações do tribunal:

[O Tribunal] condena por tais responsabilidades as pessoas que exercem atualmente o poder no Brasil, Chile, Bolívia, Uruguai e Paraguai (...) O Tribunal declara que, no caso da Junta Militar presidida pelo general Pinochet no Chile, esta se encontra em uma situação de total violação do direito internacional e não merece ser considerada como parte integrante da comunidade organizada de nações.

(...)

Condena o governo dos EUA que encoraja ou favorece tais atos: condena portanto o presidente Nixon, pelas ordens dadas, e o presidente Ford, pela continuidade (...) e mais particularmente o senhor Henry Kissinger, cuja responsabilidade no golpe de Estado fascista no Chile é evidente para o Tribunal, em vista dos documentos publicados.⁵

Nicarágua: o último round

Nicaragua tan violentamente dulce, publicado em 1983, pouco antes da morte de Cortázar (12 de fevereiro de 1984), poderia soar, em perspectiva com a produção textual cortazariana que o antecede, como se fosse um documentário em meio a uma filmografia repleta de roteiros fantásticos, em que tivesse maior peso a linguagem da ficção, da subversão do real.

Seu primeiro contato com a Nicarágua se dá por meio do convite de amigos como o escritor nicaraguense Sérgio Ramírez, parte do chamado *Grupo de los Doce*, reunião de intelectuais, empresários, lideranças religiosas e civis que apoiavam a ação da FSLN (*Frente Sandinista de Liberación Nacional*), principal força de oposição à ditadura de Anastásio Somoza Debayle, filho de Anastásio Somoza García, primeiro presidente da ditadura dinástica que manteve a família Somoza à frente do poder na Nicarágua entre os anos de 1937 e 1979, frente criada sob o comando de Carlos Fonseca Amador, no ano de 1961. A ditadura dos Somoza se beneficiava do apoio logístico e bélico dos EUA, que intervinham sucessivamente na Nicarágua desde o séc. XIX, quando a intromissão estadunidense na política local acirrou o enfrentamento entre liberais e conservadores e, nas primeiras décadas do séc. XX, contribuiria decisivamente para eliminar a resistência feita por Augusto César Sandino à ocupação norte-americana. O líder revolucionário foi morto em emboscada tramada por Somoza.

Cortázar busca nos artigos desse livro, em tom jornalístico, bastante descritivo e carregado de análises sobre a conjuntura social e política nicaraguense, denunciar interferências dos EUA e sua atuação na concessão de créditos e assessoria técnica a tendências políticas conservadoras contrárias ao governo sandinista, os contras. Dessa maneira, agora Cortázar buscava conferir repercussão internacional para questões nacionais, de maneira que assim buscasse calibrar com maior equilíbrio seu pensamento sobre uma questão de natureza latino-americana, transnacional: a autodeterminação, a autonomia e a integração soberana de nações, destacando a ajuda de voluntários da América Latina e o respeito às matrizes indígenas da sociedade nicaraguense no processo de reconstrução.

Em um dos artigos, *O povo da Nicarágua, professor de si mesmo*, Cortázar destaca a campanha de alfabetização promovida pela Junta de Governo, em que

alunos escolares, universitários e professores formaram uma gigantesca força-tarefa para que se tentasse erradicar o analfabetismo no país, tarefa que contou também com o auxílio de educadores cubanos. Entre as dificuldades envolvidas, havia questões como a de se permitir ou não que os alunos se afastassem muito de suas cidades e a exposição dos alfabetizadores à ira dos ex-soldados somozistas, espalhados pelo país e principalmente na região de fronteira com Honduras, país que fazia parte da Comunidade Democrática Centro-Americana, na qual não se incluíam Cuba e Nicarágua. Outra questão levantada no artigo foi a da autonomia dos índios Misquitos, já que era preciso preservar suas tradições e costumes, sobretudo sua língua, em meio à atuação no combate ao analfabetismo.

Em alguns momentos, Cortázar cria, dada sua proximidade e urgência em relatar o que vê, imagens idealizadas, através de um tom excessivamente elogioso, ao longo de todo o livro. Mas ressalta em suas observações a criatividade como tática na fabricação de utensílios, brinquedos para praças, nas improvisações empreendidas pelos *nicas* como forma de reação à sua realidade, como por exemplo no uso da praia de *El Velero* e seus bangalôs, que antes serviam ao lazer exclusivo dos Somoza e que após a vitória sandinista se transformara em um centro de férias para operários, com um parque improvisado com brinquedos feitos de tábuas, baldes e pneus. Cortázar relata:

Vi um miserável barraco de palha e de latas velhas levantado em um descampado no centro da cidade, onde uma velha instalada em sua rede espera pacientemente a chegada dos que queiram comprar-lhes bolinhos. Do alto do barraco, um cartaz diz inexplicavelmente: C.I.T., e no terreno baldio cheio de mato e lama, outro cartaz indica: *parking* reservado à clientela de C.I.T.⁶

No artigo intitulado *Nicarágua*, Cortázar se insurge ante a leitura de um artigo publicado pelo jornalista francês, Marcel Niedergang, no *Le Monde* de Paris, em julho de 1982, “O fervor caiu em Estelí”, capital do departamento de Estelí, fronteira com Honduras. O jornalista francês afirma, no texto, ter havido diminuição no entusiasmo revolucionário e associa dificuldades diversas como efeitos da revolução sandinista.

Em seu questionamento a Niedergang, Cortázar critica a escolha dos entrevistados do jornalista francês, dizendo que este escolheu um “casal de pequeno-burgueses” que mostra decepção e preocupação com as dificuldades presentes em seu cotidiano após o 19 de julho de 1979. Cortázar alerta que o artigo

de Niedergang incitaria a um posicionamento de seus leitores no sentido de crer que a vida difícil na Nicarágua naquele início dos anos 1980 seria atribuída, exclusivamente, ao fracasso do processo revolucionário, ao fracasso na implementação de suas políticas sociais, culturais e econômicas. Cortázar aponta que um artigo desses deveria destacar muito mais o caráter processual do momento vivido pela Nicarágua. Cortázar acirra a defesa de seu ponto de vista quando comenta:

Niedergang alude a “graves incidentes, em particular em Bluefields, na costa atlântica”; eu gostaria de lembrar que na refinada Paris basta ir até os subúrbios imediatos para saber de incidentes muito mais graves entre franceses e magrebinos e que de nenhuma forma se tem o direito de extrapolar a situação especialíssima da costa atlântica para a totalidade do país.⁷

A única ressalva feita por Cortázar em relação a Niedergang é por este ter falado sobre o esforço mostrado pela política de alfabetização em massa e pela reconfiguração da propriedade de terras com a reforma agrária em curso pela Junta de Governo.

Charles Vanhecke, outro jornalista francês, também tem um artigo seu criticado por Cortázar: “A revolução confiscada”, publicado cerca de seis meses após o artigo de Niedergang. O tom da crítica cortazariana é semelhante ao caso anterior, tendo enumerado dez pontos em que manifesta sua discordância de Vanhecke, apresentando informações sobre a Nicarágua que não constam em nenhum dos dois artigos, como quando fala da inauguração do primeiro museu de belas-artes do país em Manágua; quando cita a maneira como foram estabelecidos os assentamentos dos índios misquitos; a atuação da editora *Nueva Nicarágua*, publicando obras em formato “de bolso” a preços baixíssimos. Cortázar ainda estende sua crítica ao jornal *La Prensa*, em torno do qual se concentrava a oposição ao regime, como os conservadores e a Igreja, por motivo análogo ao da crítica aos jornalistas franceses: focalizar aspectos pouco importantes – como determinado evento esportivo em detrimento de noticiar sobre assassinatos ocorridos na fronteira norte ou a pouca cooperação internacional para com a Nicarágua pós-Somoza.

O penúltimo capítulo do livro, *O escritor e sua atividade na América Latina*, fora escrito para um seminário realizado em 1982 sobre política cultural e libertação democrática na América Latina, na Universidade Internacional Menéndez Pelayo, em Sitges, Espanha. Nele, Cortázar conclama seus pares, “engenheiros da criação

literária” e “projetistas e arquitetos da palavra”, à ação, e inclusive esboça certa metodologia em que é central a figura da ponte, que representa a arte – sob a forma de poema, romance, música, conto –, e que deve se estender às margens incomunicáveis, ou seja, o escritor deve buscar a difusão de suas obras, abrindo espaço e cativando leitores.

Dessa maneira, busca-se compreender as escolhas e as decisões de um escritor latino-americano que, entre afastamentos e diferentes níveis de adesão, conformou compromissos políticos à maneira fragmentária do *Jogo da Amarelinha* ou de *A volta ao dia em oitenta mundos*, acionado pela racionalidade de estratégias que denotam grande preocupação em não repetir-se, em apostar menos em soluções cômodas e muito mais na proposição de jogos com as estruturas estéticas, com os direcionamentos políticos, equilibrando-se entre o isolamento e a formação de novas redes em torno de novas causas. E causa espanto que, no momento em que essa pesquisa é escrita, na segunda década do séc. XXI, os intelectuais estejam mobilizados frente a retrocessos que tomam a forma de fraturas graves no ordenamento constitucional. É válido lembrar que no mês de julho de 2016, reuniu-se no Rio de Janeiro um Tribunal Internacional, contando com a presença de Adolfo Pérez Esquivel em seu júri, dedicado a examinar os termos em que ocorria o impedimento da presidente Dilma Rousseff, tendo deliberado, em sua sentença final, ter se tratado, afirmativamente, de um golpe de Estado pela via parlamentar. São tempos em que o silêncio recarrega as armas do retrocesso. E aqui, trazendo nossos variados trabalhos de pesquisa historiográfica, unidos pela América, estamos contra o silêncio, que não nos serve enquanto alternativa, somente como desastre – o desastre da voz única e do pensamento unívoco.

¹ RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 7.

² BERNÁRDEZ, Aurora; GARRIGA, Carles Álvarez. (Orgs.). *Julio Cortázar - Cartas*, Volume 4 (1969-1976). Buenos Aires: Aguilar, Altea, Taurus, Alfaguara, 2012, p. 215.

³ Publicado originalmente em: *Revista Casa de las Américas*, n.º 67, julho-agosto de 1971, La Habana; a versão em português aparece em GOLOBOFF, Mario. *Cortázar: notas para uma biografia*. São Paulo: Ed. DSOP, pp. 189-190.

⁴ Tradução que fiz da transcrição da entrevista de Cortázar para a revista argentina *Redacción*, concedida em junho de 1974 e publicada no sítio “El Historiador”, do historiador argentino Felipe Pigna. A entrevista pode ser acessada no endereço <http://www.elhistoriador.com.ar/entrevistas/c/cortazar2.php> Acesso em: 24 de setembro de 2013.

⁵ CORTÁZAR, Julio. *Fantomas contra los Vampiros Multinacionales*. México: Editorial Excelsior, 1975, p. 76-77.

⁶ CORTÁZAR, Julio. *Nicarágua tão violentamente doce*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 52.

⁷ *Ibidem*, p. 77.